

A Visão da Gestão Pública Municipal sobre o Turismo Cultural como Alternativa para o Desenvolvimento Local de Campos dos Goytacazes/RJ frente ao Plano Diretor

Mariana Freitas de Abreu¹
Rodrigo Anido Lira²

GT 1 - Reestruturação do espaço urbano-regional, dinâmica econômica e impactos no emprego

Resumo

Com a atenuação do segmento turístico de Sol e Praia e com a expansão do turismo de experiências, Campos dos Goytacazes, o maior município do interior do estado do Rio de Janeiro, traz como vocação a potencialidade da exploração do turismo cultural na área urbana como alternativa para o desenvolvimento local. Em um cenário de queda das receitas advindas dos royalties do petróleo, o fomento ao turismo cultural pode ser um dos precursores da geração de emprego e renda. Sendo assim, com objetivo de averiguar a visão da gestão pública local acerca do tema e o cumprimento do Plano Diretor no que tange o turismo cultural, foram realizadas revisões bibliográficas, pesquisas documentais e entrevistas através de questionário semi-estruturado. A análise das pesquisas e a compilação das informações mostra que o Plano Diretor de Campos dos Goytacazes traz inclinações ao desenvolvimento deste segmento turístico, além de instrumentos para proteção e preservação do patrimônio, porém as políticas públicas ainda carecem de aplicação prática.

Palavras-chave: Turismo Cultural; desenvolvimento local; Campos dos Goytacazes; Plano Diretor

Abstract

With the attenuation of the tourist segment of Sol and Praia and with the expansion of tourism of experiences, Campos dos Goytacazes, the largest municipality in the interior of the state of Rio de Janeiro, brings as a vocation the potential of exploring cultural tourism in the urban area as an alternative for local development. In a scenario of falling revenue from oil royalties, the promotion of cultural tourism can be one of the precursors to the generation of employment and income. Therefore, with the objective of verifying the vision of the local public management on the subject and the fulfillment of the Master Plan regarding cultural tourism, bibliographic reviews, documental research and interviews were carried out through a semi-structured questionnaire. The analysis of the research and the compilation of information shows that the Master Plan of Campos dos Goytacazes brings inclinations to the development of this tourist segment, in addition to instruments for the protection and preservation of heritage, but public policies still lack practical application.

Keywords: Cultural Tourism; local development; Campos dos Goytacazes; Master Plan

¹ marianafabreu@hotmail.com, Mestranda em Planejamento Regional e Gestão de Cidades na Universidade Candido Mendes.

² rodrigoanidolira@gmail.com, Doutor em Sociologia Política pela UENF.

Introdução

Elevada à categoria de cidade em março de 1835, Campos dos Goytacazes passou por períodos econômicos que contam parte da sua história e deixam marcas sócio-econômicas até hoje. Como herança de dois ciclos de forte produção sucroalcooleira e dependência das receitas dos royalties do petróleo da Bacia de Campos, a cidade apresenta atualmente pouca diversificação econômica e uma média salarial baixa. São 82% dos munícipes atuando no setor terciário da economia, sendo 55% exclusivamente em serviços.

Compondo o cenário econômico do município, Campos experiencia de forma conjunta a queda histórica de mais de 85% das receitas provenientes dos royalties do petróleo e das participações especiais, que se iniciou em 2014, e as consequências da crise econômico-sanitária da Covid-19 que começou em 2020, e aumentou o índice de desemprego no país para mais de 14,4 % em 2021.

Campos que já em 2018 tinha mais de 34% de suas famílias com renda *per capita* inferior a meio salário mínimo, urge pelo fomento ao desenvolvimento endógeno para o restabelecimento de sua economia. O turismo cultural é uma das mais sustentáveis alternativas, uma vez que seus benefícios são muito maiores que apenas a geração de renda, mas perpassam por um ciclo virtuoso de reforço da identidade regional, preservação do patrimônio cultural material e imaterial, e o aumento da percepção da qualidade de vida, puxada principalmente pelo aumento das opções de lazer. Considerada um museu a céu aberto, Campos conta com uma história robusta e de grande importância no cenário nacional, além de uma série de casarões, solares, igrejas, praças, monumentos, danças e doces típicos que podem colaborar para a formação dos produtos turísticos.

O objetivo central deste artigo é analisar a visão da gestão pública municipal de Campos dos Goytacazes sobre o turismo cultural como alternativa para o desenvolvimento local à luz do Plano Diretor Urbano, uma vez que este é o instrumento legal que orienta o crescimento do município e a elaboração de políticas públicas. Para que fosse possível realizar a análise da percepção dos gestores quanto à temática, foram feitos levantamentos documentais para validar as afirmações.

Para que o objetivo fosse alcançado, a metodologia utilizada foi a descritiva, que pode ser classificada como aquela cujas técnicas de pesquisa são

estruturadas e padronizadas na coleta de dados, expondo os fenômenos de forma clara e bem delineada. A exploratória por sua vez vale-se do conhecimento restrito dos pesquisadores acerca do tema, buscando levantar hipóteses e descobrir características não explicitadas (GIL, 1994). Quanto aos meios, foram utilizadas pesquisas bibliográficas com base em materiais publicados em livros, jornais, revistas, artigos e o Portal Oficial da Prefeitura de Campos dos Goytacazes, com informações disponibilizadas para o público em geral. No âmbito das entrevistas foi viabilizado um questionário semi-estruturado para questionar a visão e as compreensões da gestão pública local.

1. Referencial Teórico

1.1. Desenvolvimento Local

Apesar do desenvolvimento ser visto comumente como um processo ocorrido em uma localidade em decorrência de movimentações externas, como investimentos públicos ou a instalação de indústrias e empresas privadas, diversas experiências com projetos desenvolvimentistas mostraram que a capacidade do ente local se organizar e sua utilização de seu estoque de capital social são essenciais em sua consolidação.

De acordo com Bellingieri (2017), o desenvolvimento não pode estar relacionado apenas ao crescimento econômico, mas deve ser encarado, principalmente, como um processo transformador da vida social. Pode-se dizer ainda que a sociedade civil, incluindo as redes locais de solidariedade, cooperação e integração social podem ser consideradas os principais atores da transformação social e econômica de uma região (SCHMITT, 2010).

Por mais que decisões externas desempenhem papéis relevantes na estruturação ou reestruturação social e econômica de uma certa localidade, o desenvolvimento regional anseia por formas de mobilização e ações dos atores locais em prol de um objetivo coletivo, pois, caso contrário, têm-se a tendência de que as mudanças almejadas pelos agentes exógenos não sejam internalizadas nas estruturas social, econômica e cultural de forma que seja sustentável. Este fato decorre de não estarem sendo sanadas demandas locais, mas expectativas externas e alheias àquela região e aos atores locais, principalmente no que tange a sociedade civil.

Para além da sustentabilidade que é inerente aos processos de desenvolvimento local, há de se abordar a identidade regional, uma vez que a participação dos membros dos diferentes setores da comunidade em todas as etapas da construção e implementação dos projetos podem contribuir com a percepção dos interesses da região, colaborando para que se possa consolidar esta dita identidade regional. Sem a identidade, uma região acaba por ser constituída somente da combinação arbitrária do território, invalidando-se enquanto verdadeiro ente social. A presença da identidade regional passa a ser peça chave no aumento da competitividade da região ao passo que amplia a formulação de consensos básicos entre vários atores sociais em torno de vantagens de comparação particular (PIRES, 2001). Cumpre destacar que principalmente quando se fala sobre a exploração do turismo cultural, uma forte identidade regional é um fator primário, pois aquele não existe sem este.

1.2. A importância do Plano Diretor

O Plano Diretor, um instrumento básico na política de desenvolvimento e expansão urbana, expressa a formulação da gestão das políticas públicas como um importante suporte jurídico para as administrações que visam resolver problemas urbanos. Sendo assim, todas as cidades que possuem mais de 20 mil habitantes; ou cidades de qualquer porte que integrem regiões metropolitanas e aglomerações urbanas; ou as integrantes de áreas de especial interesse turístico; ou ainda aquelas inseridas nas áreas de influência de empreendimentos e atividades de significativo impacto ambiental, seja regional, ou nacional, devem elaborar seu Plano Diretor, como ordenado através da Constituição Federal (PINHEIRO, 2010).

Ainda segundo Pinheiro (2010),

O Plano Diretor tradicional (tipo PDDI, PDDU) contém um extenso diagnóstico científico da realidade física, social, econômica, política e administrativa da cidade, do município e de sua região. Muitos deles, superabrangentes, estabelecem normas e diretrizes para todas as políticas públicas inclusive as de desenvolvimento econômico e social, como saúde, emprego, cultura etc. propoem-se a resolver todos os problemas da cidade interferindo até em áreas que fogem da alçada do município (tais como questões do âmbito da política agrária, política

macroeconômica, transporte metropolitano) formando assim uma lista de intenções sem meios de ser concretizada (PINHEIRO, 2010, p. 85).

Sendo assim, o Plano Diretor, além da obrigatoriedade imposta pela lei, se apresenta como um plano de resolução de problemas pautado em estudos técnicos-científicos, que envolve profissionais de múltiplas disciplinas. Entretanto, em sua maioria, estes planos não compreendem, de fato, a realidade social, uma vez que não apresentam os mecanismos para enfrentar os problemas que assolam a parcela da população que é forçada à vivência do lado de fora dos limites das leis urbanísticas (PINHEIRO, 2010).

1.3. O Turismo como Alternativa de Desenvolvimento Local

O turismo, que nasceu em torno dos bens culturais paisagísticos e arquitetônicos que eram bem preservados, agora, cada vez, mais exige a criação de outros cenários e exotismos (LEMOS, 2017). Bem como outras atividades, o turismo sofreu modificações ao longo do tempo. O turismo foi aperfeiçoado, teve valores agregados às suas práticas e conceitos, e recebeu novas características de acordo com os avanços de um mundo em constante transformação.

O turismo é um fenômeno social que acarreta uma série de outras atividades, como transportes, rede de hospedagem e recreação, fazendo com que haja uma série de efeitos sobre o meio ambiente no qual estão sendo desenvolvidas, e que podem ser de viés econômico, social, cultural ou até mesmo ecológico (BENI, 2006).

Identificado nas três grandes áreas da economia, técnica e holística, o turismo se difere de outros setores ao passo que seus esforços de colaboração se dão de maneira interdisciplinar (BENI, 2006). Apesar da clara definição da OMT (2003) de que o turismo é o conjunto de atividades daqueles que viajam e continuam em lugares diferentes de seu ambiente natural por período inferior a um ano consecutivo em virtude de lazer, negócios ou outros objetivos.

Molina (2002) diz que o turismo atual tem se estruturado a partir de movimentos sociais e também culturais, cujo desenvolvimento de tecnologia se mostra como um fator cada vez mais determinante, capaz de afetar o comportamento de demanda, a função do setor público, o desempenho

empresarial, a estrutura dos produtos e serviços oferecidos, e até mesmo o próprio papel das comunidades locais.

De acordo com a OMT (2003) e o próprio Ministério do Turismo, este é um dos segmentos que mais crescem no Brasil, gerando mais de 40.000 postos de trabalho diretos. Todavia, apesar do turismo se mostrar como uma alternativa concreta de mitigação das disparidades regionais do país em decorrência, principalmente, de sua importância para a economia local, não existem muitas pesquisas sobre o setor.

Os estudos mostram o turismo cultural enquanto tendência no mercado atual, uma vez que o turismo de experiência, que traz o turista como experimentador e ator do cenário, faz com que este busque experimentar a cultura local, buscando de forma profunda e autêntica o lugar visitado. Para Avighi (2005), este chamado viajante de vanguarda está à procura de uma realização interior, enfatizando o ambiente, o entendimento da cultura e da história dos outros lugares, almejando o conhecimento de povos para se enriquecer culturalmente.

As relações entre turismo, cultura e sociedade são bastante diversificadas, e cada país reage de forma diferente aos desafios do turismo de acordo com sua própria história, cultura, e da espécie de turismo que resolveu fomentar (CUNHA, 2008). Dito isto, o turismo cultural pode, e deve estar servindo para a conservação e valorização do patrimônio cultural. Todavia, o movimento pode ser o inverso da afirmativa anterior: o patrimônio cultural pode ser criado em função dos interesses do mercado, e por consequência, explorado. Neste molde existe o risco de abuso, com impactos negativos e até mesmo a perda do patrimônio cultural.

Ao discorrer sobre o mercado do turismo cultural e sobre sua oferta, deve-se ter clareza a respeito do perfil de consumidor que busca este tipo de serviço. Para Bodo (1995), as principais características sociais e econômicas deste consumidor são as seguintes:

- Viajantes estrangeiros com idiomas e arcabouço cultural diferentes;
- Pessoas de país de origem semelhante ao destino, que estão em busca de uma relação mais profunda com seu patrimônio cultural;
- Residentes da localidade visitada que desejam adquirir mais conhecimento sobre seu território;
- Indivíduos que apresentam rendimento acima da média da população;

- Pessoas que passam mais tempo que o padrão em um determinado sítio;
- Padrão de alojamento em hotéis;
- Pessoas com grande bagagem cultural;
- Maior número de mulheres;
- Jovens, quando procuram experimentar a cultura de maneira intensa e pouco estereotipada.

De acordo com este perfil, é possível notar que são turistas desejados devido à sua classificação enquanto cultos, poderosos e distintos. Em contrapartida, mesmo que este estudo possa servir para nortear estratégias para o fomento do turismo cultural, deve-se levar em consideração que cada contexto cultural exige sua própria análise.

1.4. Noções de Patrimônio Cultural

O patrimônio cultural - ou seja, o que um conjunto social considera como cultura própria, que sustenta sua identidade e o diferencia de outros grupos - não abarca apenas os monumentos históricos, o desenho urbanístico e outros bens físicos; a experiência vivida também se condensa em linguagens, conhecimentos, tradições imateriais, modos de usar os bens e os espaços físicos (CANCLINI, 1990, p. 99)

Mas afinal de contas, o que é o Patrimônio? Bem como o conceito de cultura, as noções de patrimônio vem se alterando ao longo do tempo. A princípio, patrimônio fazia referência apenas às propriedades que eram transmitidas de pai para filhos, principalmente de cunho material. Foi no decorrer do século XVIII que o governo francês começou um movimento de proteção dos monumentos que possuem valor histórico para a nação, entrelaçando o patrimônio e a história nacional (FUNARI e PINSKY, 2001).

Para que houvesse uma construção social com grande importância e impacto político, foram intensificados os processos de criação dos patrimônios nacionais no século XIX a partir da criação dos Estados nacionais modernos (FUNARI e PINSKY, 2001). Este movimento mostra, na prática, que buscando sua manutenção, o Estado tende a conservar os bens históricos que são capazes de exaltar a nacionalidade, de figurar como símbolos de coesão e grandeza (CANCLINI, 1990).

No século XX ocorreu a virada de chave do conceito de patrimônio, quando este passou de meramente um conjunto de edificações, documentos históricos de valor, objetos e obras artísticas, para, aos poucos, englobar o patrimônio cultural, que traz consigo também o patrimônio ambiental (FUNARI e PINSKY, 2001). Esta concepção de patrimônio agrega, inclusive, o patrimônio ambiental, já que este é visto como um produto da ação dos homens, e por óbvio, da cultura.

1.5. Cultura e Memória do povo

No contexto da globalização, passamos a experimentar um sentimento característico do final do século XX, no qual a ausência de referências de identidade, estabilidade e continuidade produz um sentimento de nostalgia em relação ao passado, fazendo surgir a necessidade da memória, abrindo os caminhos para que se desenvolva uma indústria de nostalgia justamente em relação ao passado, que não raras vezes é idealizado, romantizado e inventado (HARVEY, 1989).

Segundo Cunha (2008), este fenômeno pode ser claramente percebido na indústria do turismo, que, muitas vezes, buscando turistas, as regiões espetacularizam seus patrimônios, almejando vendê-los como diferentes para atrair a visitação. Com a criação do referido espetáculo, depara-se com um problema: a farsa da autenticidade na contramão dos benefícios do que se procura preservar.

Apesar de no segmento turístico a autenticidade estar atrelada à cultura tradicional e suas origens e estar associada a genuinidade, quando se fala em comercialização e exploração enquanto bem de consumo, se torna difícil a manutenção dos mesmos costumes, rituais, ferramentas e linguagens que são resquícios da memória de séculos anteriores.

Para Pimentel (2016) a história da cidade de Campos dos Goytacazes pode ser contada por sua arquitetura, uma vez que cada prédio apresenta seus próprios enredos locais, com um rico conto que inclui personagens que completam a magia da localidade, e se tornam parte do contexto destes patrimônios. O Barão e Visconde de Piratininga, o comendador Paraíba, o Visconde de Araruama e outros aristocratas fazem parte da história e economia da região, seja pelas áreas de plantio de cana-de-açúcar, seja pelo desenvolvimento do comércio e indústria local.

2. Metodologia

Segundo Gil (1994), uma pesquisa pode ser definida como um processo formal e sistemático onde o método científico é desenvolvido para que sejam descobertas as respostas de determinados problemas através do uso de processos científicos.

Tendo ciência de que nem sempre o debate entre as metodologias quantitativas e qualitativas são enunciados da maneira correta, as redundâncias e discussões científicas fazem com que pareça que as metodologias quantitativas estejam, apenas, relacionadas ao inquéritos e análises estatísticas para analisar a realidade; enquanto a metodologia qualitativa esteja exclusivamente entrelaçada às histórias de vida ou às entrevistas em profundidade. Desta forma, ao se pensar na metodologia de pesquisa, há de se lembrar que a metodologia, as técnicas de investigação e a natureza da pesquisa são fatores diferentes (AUGUSTO, 2014).

Sendo assim, a pesquisa qualitativa, que pode ser particularmente aplicada a situações em que variáveis relevantes e, ou, suas consequências não são aparentes, ou também quando o número de dados e sujeitos são insuficientes para a análise estatística, busca a compreensão particular daquilo que se estuda. Ela não se preocupa com as generalizações populacionais, nem princípios ou leis. O foco de sua atenção é específico, em busca do peculiar, e almejando compreender mais que explicar os fenômenos estudados (NOGUEIRA-MARTINS, 2004).

Quanto aos objetivos, estes podem ser classificados como descritivos e exploratórios. Esta descrição pode ser dada desta forma já que a pesquisa exploratória pretende proporcionar uma maior familiaridade com o problema, através do levantamento bibliográfico ou das entrevistas e estudos de caso. O objetivo de pesquisa descritiva se aplica a este artigo uma vez que os fatos são observados, registrados, analisados, classificados e interpretados sem que haja interferência do pesquisador, através do uso de técnicas padronizadas de coletas de dados (RODRIGUES, 2007).

No que se trata sobre os meios e procedimentos de pesquisa, foi realizada a pesquisa bibliográfica e as pesquisas documentais e de campo, com as entrevistas semi-estruturadas. A pesquisa bibliográfica foi realizada com o

levantamento do material publicado sobre o tema, abrangendo livros, artigos e dissertações.

Por fim, foi utilizado o procedimento de pesquisa de campo através das entrevistas semi-estruturadas, para que fosse possível acessar dados de difícil obtenção, tais como os sentimentos, os pensamentos e as intenções. A entrevista permite a captação imediata e corrente da informação desejada sobre os mais variados assuntos (NOGUEIRA-MARTINS, 2004). As entrevistas buscaram compreender a realidade do turismo cultural em Campos e também o que se observa enquanto potencial turístico na cidade.

Foi idealizada, a princípio, a colaboração de representantes públicos, como os responsáveis pelo Arquivo Público Municipal Waldir Pinto de Carvalho³, do Museu Histórico Municipal⁴, da Subsecretaria Municipal de Turismo⁵, do Consórcio Público Intermunicipal de Desenvolvimento do Norte e Noroeste Fluminense (CIDENNF)⁶, da Divisão de Inventário⁷, do Conselho Municipal de Preservação de Patrimônio (COPPAM), da Secretaria Municipal de Cultura; além de uma pesquisadora de notório saber, cidadã ativa nos assuntos que tangem a cultura e o turismo no município, Sylvia Paes⁸. Apesar das sucessivas tentativas de contato com a atual presidente do Coppam, não houve êxito na colaboração para entrevista.

As entrevistas foram realizadas tanto presencialmente quanto por meio da ferramenta *Teams*. Ao todo foram entrevistadas sete pessoas, somando quatro horas e cinquenta minutos de material gravado a ser transcrito posteriormente. Todos os entrevistados se mostraram disponíveis e dispostos a colaborar com todo processo de pesquisa, que ocorreu entre o dia 15 de janeiro de 2022 até o dia 25 de abril do mesmo ano.

3. Resultados e Discussões

³ Rafaela Machado, doutoranda em História Social pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

⁴ Graziela Escocard, bacharel em História.

⁵ Patrícia Cordeiro, não possui formação na área de atuação.

⁶ Victor Silva, bacharelando em Ciências Sociais na Universidade Federal Fluminense (UFF).

⁷ Everaldo Reis, bacharel em História.

⁸ Sylvia Paes, mestra em Planejamento Regional e Gestão de Cidades pela Universidade Candido Mendes (UCAM).

Presente na vida da sociedade desde os primórdios, começando pelo *Grand Tour*, o turismo cultural acarreta diversos benefícios, tanto para os viajantes, quanto para quem os recebe. O ciclo virtuoso, que envolve crescimento econômico, aumento da autoestima do povo da região, e bem-estar do turista, também protege e preserva o patrimônio. Despontando como alternativo no nicho de serviços de experiências, que emprega cada vez maior número de profissionais no país, o turismo cultural é um potente motor para puxar o crescimento da economia.

Neste sentido, Campos dos Goytacazes, detentora de um rico patrimônio cultural pouco explorado economicamente, passa por severas dificuldades que foram aumentadas em decorrência da pandemia da Covid-19, que acentuou a crise econômica, e urge por fomento à economia e geração de renda, mas precisa de políticas de crescimento que levem em consideração as demandas locais, há a necessidade do incentivo ao desenvolvimento local ou endógeno.

Dada a relevância dos atores locais como instrumentos potentes na transformação da vida social e econômica de uma região, e da necessidade da mobilização destes atores em prol de um objetivo coletivo, as proposições trazidas no Plano Diretor instituído através da Lei Complementar nº 015 de 07 de janeiro de 2020 colaboram para a análise da visão da Gestão Pública Municipal sobre a possibilidade de fomento ao turismo cultural como alternativa para o desenvolvimento da cidade.

Quando questionados se acreditam que o Plano Diretor atua como um norte na elaboração de políticas públicas de desenvolvimento do turismo cultural em Campos dos Goytacazes, apenas o Diretor de Turismo do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento do Norte e Noroeste Fluminense, CIDENNF, respondeu de forma negativa, uma vez que o CIDENNF, de acordo com o estatuto do Consórcio, este não precisa seguir, necessariamente, o Plano Diretor de nenhum dos municípios integrantes. Em contrapartida, como ver-se-á à seguir, o CIDENNF é um dos entes mais articulados no que tange ao incentivo ao turismo cultural.

A Subsecretária de Turismo de Campos dos Goytacazes revela que enxerga como potenciais para o turismo da cidade o georreferenciamento do município, sua importância histórica no contexto nacional, a importância dos ciclos

econômicos na cidade e a forma com que estes se relacionam com a maneira do campista de viver em sociedade, desde o jeito de ser até a culinária. Porém, apesar de observar uma relação entre o desenvolvimento local e o turismo cultural, a subsecretária considera o Plano Diretor um ato discricionário, já que no decorrer do projeto alguns detalhes precisam ser adequados, e apesar de tudo que está no plano diretor estar sendo posto em prática, os processos são dinâmicos, e não podem ser engessados.

Já o Chefe da Divisão de inventários do Turismo, quando questionado sobre a realidade do turismo cultural no município, diz que acredita que haja a necessidade do desenvolvimento de uma política pública para a exploração do turismo cultural, uma vez que existe potencial turístico, e frisa que o que não existe é o produto turístico. Reforçando, na prática, as teorias sobre o desenvolvimento local, ele disserta que a política não pode ser apenas do governo, mas que precisa de parcerias público-privadas.

A Coordenadora do Museu Histórico de Campos converge seu parecer com o do Chefe da Divisão de Inventários quando diz que a população também precisa ver a cidade e enxergar o turismo. A Coordenadora do Arquivo Público Municipal aponta a educação patrimonial, que é citada no art. 43 do Plano Diretor, como ferramenta capaz de ampliar os horizontes dos munícipes sobre o turismo cultural, já que se preserva apenas aquilo que se conhece e apenas assim é possível perceber valor no patrimônio histórico.

Quando perguntados sobre alguns dos possíveis pontos de interesse do turismo cultural no município, os entrevistados responderam de forma unânime sobre a importância do Mercado Municipal, da Praça São Salvador, da Lira de Apolo, da Igreja e Seminário da Lapa, a Basílica de São Salvador, o Mosteiro de São Bento, o Solar e Capela da Fazenda do Colégio e o Solar do Visconde de Araruama.

Contudo, apesar de todos os representantes da gestão pública enxergarem o Mercado Municipal como importante ponto de turismo, e o Plano Diretor, em seu art. 243, afirmar que os projetos de valorização cultural terão sua execução à égide do COPPAM, o qual poderá ainda determinar a realização de obras de recuperação de bens em mau estado de conservação; o embargo de demolições e obras de restauração, reforma ou acréscimo realizadas sem autorização prévia, não é o que se vê no local. O Plano Diretor Urbano claramente não está sendo referência na

atuação da gestão pública municipal. Além de sufocados por obras públicas no entorno, há a degradação da pintura e conservação do imóvel além de sua descaracterização, já que há permissionários atuando em segmentos alheios à atividade fim do local, tais quais lojas de roupas, sapatos, lingerie e boutiques de óculos.

Ainda sobre o cumprimento do Plano Diretor, em seu art. 43, o Museu Histórico de Campos tem realizado exposições itinerantes sobre a história da cidade em parceria com o Arquivo Público Municipal, a Subsecretaria de Turismo, entre outros entes. Apesar de não haver obrigatoriedade em cumprir o exposto no Plano Diretor de nenhum de seus municípios integrantes, o CIDENNF está em fase de contratação de consultoria para o desenvolvimento do projeto de turismo do “Caminhos do Açúcar”, que tratará desde a organização dos Conselhos de Turismo até a capacitação dos profissionais que trabalharão no segmento e a divulgação das rotas turísticas.

Até o presente momento não foram identificadas as práticas disposições do art. 342, que trata da digitalização dos livros de tombo, e nem do art. 348, que traz o Plano de Proteção e Valorização do Centro Histórico, a ser elaborado pelo Conselho Municipal de Preservação de Patrimônio, COPPAM. No que tange o art. 43, não foram instaladas as placas indicativas dos móveis e logradouros históricos ou a aquisição e recuperação dos imóveis localizados no Centro Histórico.

Retomando o art. 100 do Plano Diretor quanto à valorização do patrimônio, a revitalização do Centro Histórico não é um apontamento recente. Em 1996 começou a ser relatado o esvaziamento do centro da cidade, e no ano de 2005 a CARJOPA já solicitava a adoção do sistema subterrâneo para iluminação pública. O turismo cultural possui grande potencial para o repovoamento e a reabilitação do Centro Histórico Municipal, que necessita de planejamento para sua reocupação em razão do esvaziamento ocorrido nos últimos anos com o deslocamento do eixo de consumo para os shoppings centers e Avenida Pelinca, além do movimento de compra online ter sido massificado com os avanços do globalismo (PAES, 2016).

Adotando como base para as ponderações a data de publicação do Plano Diretor para seu cumprimento e as solicitações da CARJOPA, foi perguntado aos entrevistados a relação entre o turismo cultural e o desenvolvimento local, e a Coordenadora do Arquivo Público Municipal respondeu o seguinte

Eu enxergo uma relação íntima e genuína entre a nossa existência atual e a questão cultural da nossa região, mas ainda não enxergo o desenvolvimento local inclinado ao turismo cultural. Acho que a gente ainda tem que caminhar muito. Por exemplo, a Patrícia tem sido um divisor de águas, que é alguém que tem buscado, mas ela não tem uma equipe grande, uma estrutura, se você observar, ela não é uma secretária, é uma subsecretária [...] daí já mostra a importância estratégica disso dentro do organograma do governo, então assim, é um caminho a ser construído, que eu ainda não vejo (MACHADO, 2022).

Em entrevista, a Subsecretária de Turismo apontou que o turismo cultural é uma realidade, contudo ainda precisa ser sistematizado e precisa que o roteiro cultural já existente seja transformado em produtos turísticos, e isto está em planejamento. A gestora ainda pontua que o fomento ao turismo de experiência é um ciclo de virtudes, no qual, através da história sistematizada, há a formação do produto, que atrai pessoas em busca daquela história, e o fomento a economia começa a ser natural, mas destaca que se precisa de muito trabalho por trás deste movimento.

Sabe-se que o Turismo Cultural não existe sem uma identidade sólida sob o produto turístico, caso contrário há grandes chances de haver a criação de uma cultura diferente da inicial, como é o conceito da farsa da autenticidade. Neste viés, a Diretoria Executiva de Artes e Culturas da Fundação Cultural Jornalista Oswaldo Lima (FCJOL), lembra que o fomento ao turismo cultural não seria benéfico apenas para trazer renda, mas para promover um ambiente de libertação através da cultura, que nos transforma e nos identifica como seres humanos. Para além do exposto, faz parte dos princípios do Plano Diretor, descritos no art. 5, a incorporação no sentido de pertencimento do Município aos seus habitantes, respeitando os feitos de seus vultos e os costumes e as tradições locais.

4. Conclusão

Ao longo do desenvolvimento das pesquisas deste artigo, pôde-se notar que, embora o crescimento local seja visto quase sempre como um processo externo e alheio à comunidade, este deve começar a ser encarado como um processo transformador da vida social, mas para que haja sua efetividade, necessariamente, atores locais devem estar presentes na transformação. Desta forma, como fora comentado por agentes do governo, ações pontuais da municipalidade não são suficientes para o crescimento endógeno do município.

A partir da análise das entrevistas e das disposições do Plano Diretor, pode-se notar que o mesmo está sendo negligenciado por parte dos gestores públicos que precisam executá-lo, além de haver clara desarticulação entre os entes, sendo esta evidenciada na divergência de diversas afirmativas, embora os gestores concordem sobre a grande importância do turismo cultural para o desenvolvimento do município e sobre os principais pontos turísticos que possam vir a ser roteirizados.

Para além da execução do Plano Diretor, o município carece de outras políticas públicas, inclusive as que são mencionadas nele, como o Plano de Proteção e Valorização do Centro Histórico, entretanto apenas a gestão pública como protagonista da transformação social é incapaz de resolver todos os entraves para a exploração do turismo cultural. Deve haver envolvimento da sociedade civil e do setor privado para que os planos possam tangenciar a realidade da população e sejam realizados, e desta forma, haja o desenvolvimento local, que leva em consideração os fatores intrínsecos à comunidade, preservando a cultura local e a memória do povo.

5. Referências

- AUGUSTO, Amélia. Metodologias quantitativas/metodologias qualitativas: mais do que uma questão de preferência. In: **Forum Sociológico. Série II.** CESNOVA, 2014. p. 73-77.
- AVIGHI, C. M. **A pós-modernização da cultura:** patrimônio e museus na contemporaneidade. Horiz. antropol., Jan. /Junho 2005, vol, 11, nº 23, p. 71-86.
- BELLINGIERI, Julio Cesar. Teorias do desenvolvimento regional e local: uma revisão bibliográfica. RDE-Revista de Desenvolvimento Econômico, v. 2, n. 37, 2017.
- BENI, Mário Carlos. **Análise estrutural do turismo.** São Paulo: Senac, 2006.
- BODO, C. (1995): "Nuevas Políticas para un turismo cultural sostenible", em Actas das Jornadas Europeias da Cultura, Lazer e Turismo (Guadalupe, Cáceres, 1995)
- CANCLINI, Nestor Garcia. **O Patrimônio Cultural e a construção imaginária nacional.** Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Rio de Janeiro, nº 23, p. 94-115, 1990.
- CUNHA, Erika Conceição Gelenske. **Reflexões sobre o turismo cultural na 'Cidade Maravilhosa'.** 2008. Dissertação de Mestrado.
- LEMONS, Carlos Alberto Cerqueira. **O que é patrimônio histórico.** Brasiliense, 2017.
- NOGUEIRA-MARTINS, Maria Cezira Fantini; BÓGUS, Cláudia Maria. Considerações sobre a metodologia qualitativa como recurso para o estudo das ações de humanização em saúde. **Saúde e sociedade**, v. 13, p. 44-57, 2004.
- FUNARI, Pedro Paulo; PINSKY, Jaime. **Turismo e patrimônio cultural.** Editora Contexto, 2001.
- GIL, A.C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** 4.ed. São Paulo: Atlas, 1994.
- HARVEY, Campbell R. Forecasts of economic growth from the bond and stock markets. **Financial Analysts Journal**, v. 45, n. 5, p. 38-45, 1989.

MOLINA, Sérgio. **O Pós-Turismo**. São Paulo: Aleph: 2003.

OMT - ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO (Org). **Turismo Internacional: uma perspectiva Global**.

PIMENTEL, Paula Cruz et al. **Memórias de comerciantes locais: a nova funcionalidade do centro histórico de Campos dos Goytacazes**. 2016. Dissertação de Mestrado.

PINHEIRO, Otilie Macedo. Plano diretor e gestão urbana. **Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC**, 2010.

PAES, Sylvia Marcia. OS IMPASSES DA REVITALIZAÇÃO DA ÁREA CENTRAL DA CIDADE DE CAMPOS DOS GOYTACAZES (1991-2005). **REVISTA DE TRABALHOS ACADÊMICOS-UNIVERSO CAMPOS DOS GOYTACAZES**, v. 2, n. 6, 2016.

PIRES, Márcio de Souza et al. Construção do modelo endógeno, sistêmico e distintivo de desenvolvimento regional e a sua validação através da elaboração e da aplicação de uma metodologia ao caso do Mercoeste. 2001.

RODRIGUES, William Costa et al. Metodologia científica. **Faetec/IST. Paracambi**, p. 2-20, 2007.

SCHMITT, Cíntia Porto. Desenvolvimento regional endógeno X desenvolvimento regional exógeno: estudo de caso em Candelária-RS. 2010.